

REFLEXÃO SOBRE O TRATADO DE LISBOA

IVES GANDRA MARTINS*

O incansável e eminente professor Manuel Lopes Porto, da Universidade de Coimbra, da qual foi diretor, e Gonçalo Anastácio, mestre pela Universidade de Lisboa, coordenando os trabalhos de quase 200 especialistas dos vários países que constituem a União Europeia, acabam de lançar, pela Editora Almedina, *Tratado de Lisboa - Anotado e Comentado*. O livro, de cerca de 1.500 páginas, é a mais completa reflexão sobre o último dos tratados que permitiram tornar o multidivido território europeu em quase um único espaço comunitário, com seus 27 países.

José Manuel Durão Barroso, presidente da Comissão Europeia, diz no prefácio da obra: "Com a assinatura do Tratado de Lisboa culminou um longo processo de revisão dos tratados europeus iniciado em meados dos anos 90. O Tratado de Lisboa criou uma nova dinâmica na integração europeia. (...)

A assinatura do tratado em Lisboa, no decurso da presidência portuguesa da União Europeia no segundo semestre de 2007, tem grande significado, pela ligação que conserva entre a abertura do espaço operada pelos portugueses e o aprofundamento da União.

É o que se pretende. Um grande espaço de liberdades, sem perda de solidariedade e com uma organização que funcione eficazmente e seja representativa. Na verdade, o Tratado de Lisboa introduz modificações importantes, em especial maior transparência dos processos decisórios e da repartição de competências entre a União e os Estados-membros, o reforço da proteção dos Direitos Fundamentais (...), uma cidadania mais ativa e o reforço do controle democrático, através da extensão das prerrogativas do Parlamento Europeu e da contribuição dos parlamentos nacionais à tomada de decisões da União".

Manuel Porto acrescenta: "Passados cinquenta anos desde o Tratado de Roma, instituidor da CEE, o Tratado de Lisboa foi assinado pelos representantes máximos dos 27 Estados-Membros (...) e perante um Presidente da Comissão Europeia português, constituindo-se no texto fundamental desta Europa que hoje tanto nos determina. Importa, pois, disponibilizar um instrumento de decodificação do quadro estruturante da União Europeia; e o atual momento de angústia nacional que urge resolver será particularmente oportuno para publicar - pela primeira vez em 25 anos de integração europeia - um tratado comentado em língua portuguesa".

* Ives Gandra da Silva Martins é jurista e, entre outros títulos, é professor emérito das Universidades Mackenzie e Unip, das Escolas de Comando e Estado Maior do Exército e Superior de Guerra e membro nato do Conselho Superior da Associação Comercial de São Paulo.

A obra que recebi das mãos de Manuel Porto, mestre respeitado no Brasil e que participou de alguns livros de direito constitucional, econômico e internacional que coordenei, é imprescindível a todos os que militam no direito internacional, e ainda mais aos voltados para ao estudo da problemática europeia.

Pelos estudos nele contidos percebe-se que, não obstante a profundidade da crise do euro – que, de resto, previ em meu livro *Uma visão do mundo contemporâneo*, há mecanismos de consulta mútua, de deliberações conjuntas, de colaboração efetiva entre as nações daquele continente para que os momentos mais turbulentos de uma integração, com desníveis e ameaças de ruptura, sejam superados em prol da preservação desta conquista fantástica: unir um continente que, até meados do século 20, viveu em guerras menores ou maiores, mas sem um fio condutor para se unir.

O próprio alerta que fiz no livro, de que a mera política monetária – sem efetivo controle de uma política financeira europeia conjunta e de obrigatório seguimento por todos os países da Zona do Euro – não poderia dar estabilidade à moeda, nos momentos de crise, tornou-se evidente neste ano de 2012. Previ à época que os mecanismos sugeridos para o controle da moeda única eram insuficientes, com nem mesmo o teto do déficit público sendo cumprido, até pelos países de maior densidade econômica.

Tais mecanismos estão hoje sendo implementados.

A crise está, portanto, permitindo que se enfrente, agora com rigor, a tolerante política financeira da implantação do euro, em que apenas a política monetária conformava, com a rigidez própria dos sistemas financeiros dos países desenvolvidos, a estabilidade da moeda.

Vale a pena para os especialistas da área conhecer os esplêndidos comentários desses especialistas continentais sobre o Tratado de Lisboa. A obra auxiliará a compreensão da realidade europeia e do momento que vive, na busca de uma solução desejada por todas as nações do mundo.